

**AgInt na EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 7.386 -
DF (2014/0102990-1)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO
AGRAVANTE : UNIÃO
**AGRAVADO : SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO
AMAPÁ - SINDPOL/AP**
**ADVOGADO : MARCELO LAVOCAT GALVÃO E OUTRO(S) -
DF010958**
INTERES. : FRANCISCO FERREIRA NEVES FILHO
INTERES. : FRANCISCO JULIAO BARBOSA
INTERES. : FRANCISCO LIMA DIAS
INTERES. : FRANCISCO MACIEL MARTINS
INTERES. : FRANCISCO SOUZA DA SILVA
INTERES. : GEOVANE ALVES FLEXA
INTERES. : GILMAR NASCIMENTO DE ARAUJO
INTERES. : GILMAR QUEIROZ NASCIMENTO
INTERES. : GILSON LOPES COSTA
INTERES. : GUIDO ELOI CONCEIÇÃO
INTERES. : GUILHERME PAULINO DA ROCHA FILHO
ADVOGADO : EDUARDO MARCOS DE ALMEIDA - DF020026
INTERES. : HARLEY TEIXEIRA MONTEIRO
INTERES. : HAROLDO DE SOUZA MENEZES
INTERES. : HAROLDO OLIVEIRA RODRIGUES
**INTERES. : HELENILDA MARIA DE LOURDES DA COSTA
TORRES**
INTERES. : HELENIRA FRANCISCA DA COSTA TORRES
INTERES. : HERMES MATOS CARDOSO
INTERES. : JUDITE SALDANHA DA CRUZ
HERD. DE : HILDEBERTO CARNEIRO DA CRUZ
INTERES. : WILSILEA SALDANHA DA CRUZ
HERD. DE : HILDEBERTO CARNEIRO DA CRUZ
INTERES. : HILDEBERTO CARNEIRO DA CRUZ JUNIOR
HERD. DE : HILDEBERTO CARNEIRO DA CRUZ
INTERES. : M A S C (MENOR)
INTERES. : J B S C (MENOR)
REPR. POR : JUDITE SALDANHA DA CRUZ
HERD. DE : HILDEBERTO CARNEIRO DA CRUZ
INTERES. : HUMBERTO CAMPOS FARIAS
INTERES. : IARACI GUIMARÃES DE ANDRADE SILVA
INTERES. : IDELFONSO PANTOJA DA SILVA

INTERES. : INDALECIO VANDERLEI MENDES DA ROCHA
INTERES. : IRACIMAR LIMA BARBOSA
INTERES. : IRES MARIA FARIAS LIMA
INTERES. : ISNARD BEZERRA DE LUNA

DECISÃO

Depois de apresentados os cálculos pela Contadoria Judicial desta Corte, a União interpôs agravo regimental, às fls. 789-828, e o exequente se manifestou, às fls. 830-832.

A União, além de realçar a existência de decisão proferida no RE n. 870.947/SE, discordou dos cálculos apresentados, nestes termos (fl. 799):

No ensejo, quanto a determinada manifestação acerca dos cálculos da CEJU/STJ, adota-se os termos do anexo PARECER TÉCNICO Nº 00390-C/2019- DCP/PGU/AGU

O referido parecer concluiu a conta de liquidação apresentada pela CEJU/STJ, no total de R\$ 5.161.310,44, atualizada até dezembro/2018, não deva prosperar, uma vez que, em decorrência das inconsistências expostas e demonstradas nas planilhas de cálculos anexas, acarretou um excesso de execução de R\$ 4.503.435,03, sendo apurado o montante de R\$ 657.875,41, atualizado até dezembro/2018.

O exequente, por sua vez, concorda com os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial desta Corte.

Decido.

Conforme ficou consignado no relatório da Contadoria Judicial desta Corte, **a metodologia utilizada para a elaboração dos cálculos foi aquela determinada pela decisão de fls. 726-731**, de tal sorte que não é possível, nesta oportunidade e em virtude da preclusão, que se pretenda a rediscussão de temas já examinados, os quais são novamente suscitados pela União.

Entretanto, diante da decisão proferida pelo STF, no bojo do **RE n. 870.947/SE**, da lavra do Ministro **Luiz Fux**, publicada no DJe de

26/9/2018, que **conferiu efeito suspensivo aos embargos de declaração** opostos pelos Estados, a fim de **sobrestar a aplicação do entendimento firmado no referido aresto**, relativamente à aplicação de índice de correção monetária incidente sobre condenações da Fazenda Pública, há que se observar o referido *decisum* especificamente quanto a esse aspecto.

É importante pontuar que o sobrestamento, por se relacionar **apenas ao índice de correção, não interfere no imediato cumprimento da execução**. Assim, deverão ficar bloqueados apenas os valores referentes à diferença entre os índices de correção monetária adotados antes do julgamento do **RE n. 870.947/SE** e aquele firmado em repetitivo por esta Corte. Os referidos valores deverão permanecer em conta vinculada até que se julgue, em definitivo, o tema pelo STF. Após o julgamento, **se for o caso**, o exequente poderá levá-los.

Ante o exposto, **reconsidero em parte a decisão agravada**, apenas para determinar que seja sobrestado o pagamento das diferenças referentes aos índices de correção monetária, nos termos expostos.

Determino a expedição da requisição de pagamento nos termos do apurado pela Contadoria Judicial, cujo valor deverá ser acrescido dos consectários legais.

Fixo, em favor do exequente, a títulos de honorários sucumbenciais o percentual de 8% do valor do excesso alegado pela União, nos termos do art. 85, § 3º, II, do CPC, levando-se em consideração as diretrizes § 2º do referido dispositivo legal.

Publique-se, intímem-se e cumpra-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**